Marxismo e feminismo: afinidades e diferenças

*MARIA LYGIA QUARTIM DE MORAES**

I. De Karl Marx a Juliet Mitchell

O marxismo e a psicanálise constituem as duas maiores revoluções teóricas do milênio. Ambas, à sua maneira, provocaram profundas e irreversíveis mudanças no campo das idéias e no campo das práticas sociais. A grande obra teórica do marxismo persiste sendo *O capital*. A análise da dinâmica da luta de classes e a especificidade de funcionamento do modo de produção capitalista – a contradição entre o crescente desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção – permanecem válidas em todos os seus pressupostos e desdobramentos. A tendência avassaladora do capitalismo, o impulso ao aperfeiçoamento técnico, o inexorável crescimento da magnitude do capital e sua centralização nas mãos de um número menor de bilionários estão entre as leis definitivamente estabelecidas por Marx.

No tocante à "questão da mulher", a perspectiva marxista assume uma dimensão de crítica radical ao pensamento conservador. Em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*[1] a condição social da mulher ganha um relevo especial pois a instauração da propriedade privada e a subordinação das mulheres aos homens são dois fatos simultâneos, marco inicial das lutas de classes. Nesse sentido, o marxismo abriu as portas para o tema da "opressão específica", que seria retomado e retrabalhado pelas feministas marxistas dos anos 1960-70. Em *A ideologia alemã*, de 1846, a instituição da família

* Professora do Departamento de Sociologia, IFCH, Unicamp.

[1] Engels, F. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. São Paulo. Civilização Brasileira, 1977.

aparece como um dos momentos de passagem para a sociedade de classes. Esta hierarquização se dá no interior do próprio processo de trabalho, pois, como assinalam Marx e Engels:

> a divisão do trabalho repousa sobre a divisão natural do trabalho na família e sobre a separação da sociedade em famílias isoladas e opostas umas às outras, e esta divisão do trabalho implica ao mesmo tempo a repartição do trabalho e de seus produtos; distribuição desigual, na verdade, tanto em quantidade como em qualidade; ela implica pois a propriedade; assim, a primeira forma, o germe reside na família, onde a mulher e as crianças são escravas do homem. A escravidão, ainda latente e muito rudimentar na família, é a primeira propriedade.[2]

No *Manifesto Comunista*, de 1848, Marx e Engels reafirmam a mesma identidade entre a opressão da mulher, família e propriedade privada, preconizando a abolição da família como meta dos comunistas.[3] Assim, a ênfase na historicidade das instituições humanas permitiu a compreensão da família como fenômeno social em que a divisão social do trabalho é também uma divisão sexual entre funções femininas e masculinas. Mais do que isso: abriu espaço para novos tipos de projetos e relações entre os sexos. Com Engels e Marx, as feministas da esquerda européia, nos anos 1960-70, puderam construir uma "teoria da opressão" e partir para a luta.

A inegável influência marxista nas formulações feministas não significa, por outro lado, que o marxismo possa dar conta por completo da "questão da mulher". No seu livro *Women's Estate,* cuja primeira edição data de 1966, Juliet Mitchell, jovem intelectual inglesa do grupo da *New Left Review*, parte da dialética entre os ditames da produção econômica e as contingências do processo de reprodução da espécie para explicar a situação da mulher na sociedade. A dialética "produção-reprodução social", nos termos da autora, define o lugar da mulher nas sociedades de classe. A mulher é explorada no trabalho e confinada à casa. Sua submissão e seu lugar subalterno na vida econômica seriam compensados pelo seu poder na família:

> A situação das mulheres é diferente da de outros grupos sociais oprimidos: elas são a metade da humanidade (...) à mulher é oferecido um mundo próprio: a família. Exploradas no trabalho, relegadas à casa: estas duas posições compõem sua opressão.[4]

O pensamento conservador toma a família como uma entidade supra-histórica, uma instituição sempre idêntica, na qual as funções e papéis são "natu-

---

[2] Marx, K. e Engels, F. *L'idéologie allemande*. Paris, Editions Sociales, 1970, p. 47.

[3] Marx, K. *Oeuvres*. Paris, Pléiade, 1965, p. 178.

[4] Mitchell, Juliet. *Woman's Estate*. England: Penguin Books, 1971, p. 99.

ralmente" como masculinos e femininos. A ideologia do "natural", ressalta Juliet Mitchell, visa justamente obscurecer a historicidade da família e das funções nela desempenhadas pelas mulheres:

> Fala-se da mulher, da família como se fossem sempre as mesmas (...) Assim, a análise da feminilidade e da família devem ser um todo monolítico: mãe e filho, lugar de mulher (...) seu destino natural.[5]

A idéia de destino natural tem de ser "desconstruída" e, nesse sentido, a teoria socialista do passado não chegou a isolar os diferentes elementos da condição feminina que formam uma estrutura complexa e não uma unidade simples. Não é possível reduzir a opressão da mulher a uma única dimensão, como formula Engels, nem mesmo equacioná-la como símbolo da opressão geral, como afirma Marx em seus primeiros escritos. "É preciso pensá-la como uma estrutura específica, isto é, como unidade de elementos diferenciados", preconiza Mitchell[6].

De fato, as vicissitudes da condição feminina decorrem da complexa dialética entre os papéis e lugares socialmente atribuídos às mulheres e que dizem respeito, especialmente, ao lugar na produção dos bens (a esfera da produção), à sexualidade e ao cuidar das crianças. Juliet Mitchell constata os limites do marxismo para o entendimento das diferenças sexuais e seus componentes psíquicos concluindo que só a psicanálise, como ciência do inconsciente, fornece a chave teórica para a questão das diferenças sexuais. Freud, com a descoberta do inconsciente, revelou a importância da dimensão psíquica, criando um novo continente teórico[7]. A psicanálise, na sua dupla dimensão de teoria e de prática clínica, nos ajuda a entender como "a mulher torna-se mulher". E o "ser mulher" passa pela subjetividade, por processos psíquicos através dos quais construímos um "eu", mais ou menos estruturado.[8] Desta maneira, o feminismo radical dos anos 70 apropriou-se não somente do marxismo como teoria revolucionária – falava-se da "libertação feminina" – como da psicanálise e do amplo caminho aberto pela descoberta dos processos do inconsciente humano.

---

[5] Idem, p. 100.

[6] Idem p. 167

[7] Althusser, Louis, *Freud e Lacan e Marx e Freud,* 3ª ed. São Paulo, Graal, 1991.
O feminismo também colaborou em novas orientações para o estudo da psicanálise, especialmente referidas ao esclarecimento do "continente negro" da feminilidade. Hoje existe uma extraordinária pletora de bons estudos sobre o tema, como é o caso de Emilce Bleichmar e seu livro *O feminismo espontâneo da histeria*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.

[8] Foge do escopo desta exposição a questão da psicanálise, como teoria e como prática clínica. No entanto, constitui, a meu ver, uma contribuição indispensável para pensarmos a questão da "opressão específica da mulher".

O feminismo brasileiro

Os movimentos feministas tiveram força política suficiente para impor a década da mulher instituída pela ONU (1975/85) e de manter a questão da desigualdade como tema na chamada "pauta dos direitos humanos". O feminismo dos anos 60-70 enfrentou a Igreja Católica e os conservadores, na Itália e na França, conquistando o direito ao divórcio e ao aborto por plebiscito nacional, com o apoio da esquerda socialista e comunista. Ao mesmo tempo, o feminismo ganhou visibilidade quando as mulheres passaram a organizar-se autonomamente, no quadro da nova esquerda, à margem dos partidos tradicionais.

No Brasil, a importância do feminismo marxista/socialista refletiu-se na grande recepção que suas teses tiveram nos movimentos sociais. As feministas atuavam nos clubes de mães, nos movimentos de base, via de regra em parceria com a ala progressista da Igreja Católica. Além do trabalho "junto às bases populares", no jargão político daquele momento, as feministas que militavam em São Paulo, Rio de Janeiro e Recife lutavam também pela anistia, pelas liberdades democráticas e pelo fim do regime militar.

As feministas marxistas brasileiras incluíam em sua bibliografia obrigatória autores como Marx, Engels, Alexandra Kollontai, Simone de Beauvoir e Juliet Mitchell. As preferências literárias das feministas revelam a preocupação com certas questões centrais para as quais o marxismo fornecia um modelo explicativo. Urgia enfrentar o discurso conservador que preconizava a conformidade da mulher com seu destino de mãe e esposa. A defesa da "família" como instituição universal e supra-histórica fazia parte do ideário patriarcal que era preciso combater. Além do mais, era importante lutar pela emancipação econômica da mulher, pelo direito ao trabalho e, concomitantemente, contra as desigualdades sofridas em termos de salários e postos. *Igual salário para igual trabalho* era a primeira das reivindicações com relação à esfera econômica. A análise dos editoriais e temas da imprensa feminista, especialmente o jornal paulista *Nós mulheres* (76/79) revela a influência do marxismo – o discurso da opressão específica da mulher, com sua dupla jornada de trabalho – e a primazia de artigos sobre trabalho e política.

A década de 80 inicia-se com duas importantes vitórias das forças de oposição à ditadura militar: a anistia política e o retorno ao voto, com as eleições de 82. As sementes plantadas pelas feministas deitaram raízes, como se observa tanto no tocante às creches quanto nas importantes mudanças da legislação, especialmente na área da família, que foram incorporadas à Constituição de 1988. Ao mesmo tempo, os anos 80 também marcam a consolidação da hegemonia dos Estados Unidos e da retórica neoliberal. A crítica ao projeto do Estado de bem-estar social vem acompanhada de ataques a seus defensores, que são chamados de "antimodernizantes".

O solapamento das conquistas históricas dos trabalhadores e o agravamento da crise social constituem o resultado mais evidente das políticas monetaristas e de privatização do patrimônio público encetadas pelo neoliberalismo à brasileira de Fernando Henrique Cardoso. O processo de desmonte dos direitos dos trabalhadores passa pela "flexibilizacão"do trabalho, vale dizer, pelo incremento do número de trabalhadores sem carteira de trabalho e sem direitos. Pelos dados da pesquisa nacional de amostra a domicílio, entre 1990 e 1998, a porcentagem de trabalhadores sem carteira, nas regiões metropolitanas, passou de 42% para 55%, enquanto que os níveis de desemprego cresceram de 5% para 8%. Cerca de 50 milhões de brasileiros (33% da população total) vivem abaixo da linha de pobreza enquanto 1% dos mais ricos concentra uma parcela da renda superior aos 50% dos mais pobres.

Nesse quadro de desigualdade a situação das mulheres é ainda mais precária. Desta maneira as mulheres, que constituem atualmente de 40% a 50% da força de trabalho, continuam ganhando menos do que os homens e segregadas em alguns nichos profissionais, especialmente relacionados ao "cuidar". Estudo recente de Lena Lavinas revela que, hoje, no país, cerca de 400 mil meninas de 10 a 15 anos trabalham como domésticas, em condições precárias – baixos salários, dificuldades para continuar os estudos e com poucas perspectivas para o futuro. Ademais das desvantagens que enfrentam no trabalho as mulheres são também as grandes responsáveis pela esfera familiar. Entre 20% e 25% das famílias são chefiadas por mulheres sós, o que dá a medida do peso dos encargos domésticos e familiares. Nessas condições, como negar que as mulheres continuam sofrendo os efeitos combinados da exploração de classe e da discriminação sexual?

As mulheres e a renovação do marxismo

Finalmente, invertendo os termos da questão proposta, acho importante ressaltar a importância das contribuições teóricas de intelectuais do sexo feminino. O acesso ao conhecimento – fruto de suas lutas e conquistas nos últimos cinqüenta anos – permitiu que as mulheres entrassem nos campos da ciência institucional, das universidades e academias, bem como desenvolvessem novas abordagens e problemáticas. No campo dos estudos da subjetividade, por exemplo, o volume e a qualidade dessa contribuição ainda não foi devidamente valorizada. De Melanie Klein a Piera Aulagnier, confirma-se o refinamento e aprofundamento das questões relativas à criança e à sexualidade feminina.

Também no campo do marxismo ocorre o mesmo fenômeno. Na vanguarda do marxismo, capaz de pensar a realidade contemporânea sem cair em esquematismos nem em positivismos, destaca-se a contribuição de Ellen Meiksins Wood. Seus estudos lançam novas luzes sobre o processo histórico do

aparecimento do capitalismo na Inglaterra[9] e enfrentam questões de nossa atualidade política. Com respeito ao tema da globalização da economia, seus pressupostos e conseqüências, a análise de Wood nos ajuda a pensar os dilemas da esquerda brasileira, dividida entre os que acreditam que a "globalização" constitui uma nova era, instaurada a partir dos anos 70, e seus opositores que estão convencidos de que a lógica fundamental do capitalismo permanece a mesma.

Os defensores da globalização como *mudança de qualidade* apontam a internacionalização do capital – mercado mundial, a internacionalização da economia e transferência da soberania da nação-Estado para as grandes corporações internacionais – como evidência desta ruptura com relação ao capitalismo anterior. Para a autora, essa posição define especialmente as correntes ligadas à social-democracia, que acreditavam nas possibilidades de uma "transição pacífica" do capitalismo para o socialismo a partir da ampliação do *Welfare State*.

Do outro lado alinham-se todos os que enxergam na "globalização" a *continuidade da lógica capitalista* e, mais do que isso, a lógica do capitalismo que se universaliza e chega à maturidade. Dito de outro modo, as mudanças ocorridas enquadram-se no processo de desenvolvimento capitalista, de expansão global e permanente alteração das condições sociais. Não existe pois ruptura mas a continuidade "da lógica sistêmica que governa desde o começo seus constantes processos de mudança"[10].

As conseqüências políticas destas duas posições são evidentes e podem também ser reconhecidas no Brasil. Os defensores da nova era globalizada consideram que o triunfo do capitalismo é definitivo e, nesta medida, tornam-se dóceis instrumentos das políticas neoliberais. Os marxistas apontam para as contradições da expansão capitalista e suas nefastas conseqüências sociais, reconhecendo a força de seu poder corrosivo e a necessidade de superá-lo. Desta maneira, o marxismo continua atual e atuante.

II. "Estudos de gênero": limites de uma categoria analítica

Qual a avaliação teórica e política que se pode fazer dos chamados "estudos de gênero", cujo desenvolvimento e cuja influência têm se ampliado nos últimos tempos?

Antes de mais nada, vamos situar nossa questão. A ampla literatura que hoje constitui os estudos de gênero tem uma história que pode ser resumida da

---

[9] Vide o artigo "As origens agrárias do capitalismo", publicado no número 10, junho de 2000 de *Crítica Marxista.*

[10] Wood, Ellen Meiksins "Capitalist change and generational shift". *Monthly Review*, v. 50, n. 5, 1998, p. 3.

seguinte maneira: num primeiro momento, nos idos de 1970-80, dominaram os estudos sobre a mulher, e o principal impulso da produção *de* e *sobre* mulheres estava relacionado às dimensões mais contestadoras e políticas. No Brasil, as feministas de vanguarda militavam na esquerda e participavam da resistência à ditadura militar brasileira. Muitas delas tinham vivido exiladas em algumas capitais européias, absorvendo principalmente a experiência das feministas francesas e italianas. A influência das teses e temas do feminismo europeu, próximo das correntes socialistas e marxistas, marcou portanto a primeira fase do feminismo brasileiro e de sua produção teórica.

O feminismo norte-americano seguiu um rumo próprio, alheio ao marxismo e mais ligado aos movimentos de "insubordinação civil". A grande derrota político-militar dos Estados Unidos no Vietnã foi também potencializada pelo forte movimento liderado por pacifistas e pelos jovens universitários. A Universidade de Berkeley tornou-se a vanguarda dos movimentos contestadores e do poder jovem. A luta libertária incluía as questões relacionadas à autoridade dos mais velhos e ao conservadorismo do *american way of life*. A contestação era portanto de cunho mais ideológico e cultural do que propriamente político. O pensamento de esquerda exercia-se por meio de personalidades como Herbert Marcuse, autor de *Eros e civilização e* professor em Berkeley nos anos da contestação estudantil. Como se sabe, Marcuse não acreditava na capacidade revolucionária do proletariado industrial e voltava suas esperanças para os novos movimentos de jovens universitários, "hippies", feministas, negros e ativistas do movimento homossexual.

Acompanhando a expansão dos movimentos feministas, ganha impulso a edição de jornais, panfletos e livros sobre temas relacionados à situação da mulher na sociedade. Em várias das capitais do mundo ocidental surge um mercado editorial em torno dos "estudos sobre a mulher". Aos poucos, as instituições de amparo às pesquisas e universidades incorporam em seus currículos disciplinas relacionadas à história das mulheres, abrindo espaço para novas abordagens. A própria sistemática das pesquisas e censos começa a ser questionada, especialmente com respeito ao ocultamento do trabalho feminino exercido nos limites do espaço familiar. Assim, os estudos sobre a questão da mulher assumem também a dimensão de novas perspectivas de análise.

Desta maneira, a área temática que hoje chamamos de "estudos de gênero" foi antecedida historicamente pelos "estudos sobre a mulher", comprovando a passagem gradativa do movimento social para a esfera acadêmica. Os "estudos sobre a mulher" dominaram nos anos em que a militância feminista estava nas ruas ao passo que os "estudos de gênero" denotam a entrada na academia de uma certa "perspectiva de análise". Não se trata mais de denunciar a opressão da mulher mas de entender, teoricamente, a dimensão "sexis-

ta" de nosso conhecimento e os riscos das generalizações.[11] Atualmente, temos menos estudos sobre a mulher e mais estudos de gênero que podem se referir aos homens – ou ao "gênero masculino"– como bem revelam os trabalhos sobre "masculinidades" e "paternidades".

Já me referi anteriormente[12] às dificuldades semânticas introduzidas pelo termo "gênero" no concernente ao português. Enquanto que, em inglês, *gender* é um substantivo que designa exatamente a condição física e/ou social do masculino e do feminino, a palavra "gênero", em português, é um substantivo masculino que designa uma classe que se divide em outras, que são chamadas de espécies. A mesma dificuldade ocorre com o francês, o que ocasionou o pouco sucesso de tal expressão. Em seu lugar, fala-se de identidade sexual.

Assim, a expressão "relações de gênero", tal como vem sendo utilizada no campo das ciências sociais, designa, primordialmente, a perspectiva culturalista em que as categorias diferenciais de sexo não implicam o reconhecimento de uma *essência masculina* ou *feminina,* de caráter abstrato e universal, mas, diferentemente, apontam para a ordem cultural como modeladora de mulheres e homens. Em outras palavras, o que chamamos de *homem* e *mulher* não é o produto da sexualidade biológica mas de relações sociais baseadas em distintas estruturas de poder. A categoria gênero ressalta a dimensão "flutuante" do ser homem e do ser mulher e, nessa medida, precisa recorrer a outras teorias para dar conta desta situação de amálgama entre o ser biológico e o ser social.

Robert Stoller, em artigo publicado em 1964,[13] foi o primeiro a propor a utilização de uma categoria que diferenciasse a pertinência anatômica (o sexo) da pertinência a uma identidade social ou psíquica (gênero). Para o autor, o "sentimento de ser mulher" e o "sentimento de ser homem" são mais importantes em termos de identidade sexual do que as características anatômicas. Tal dicotomia apresenta-se, por exemplo, no caso do transexualismo.[14] Nem todos concordam com a disjunção proposta por Stoller. Alertando para os riscos da dissociação radical entre a biologia e a cultura, Marie Langer, com muita propriedade, declara que "como psicanalista e médica, e, certamente, também como mulher, não posso imaginar uma identidade feminina e mascu-

[11] A esse respeito ver o debate "Gênero, trajetórias e perspectivas", organizado por Karla Adriana Martins Bessa e publicado pela revista *Cadernos Pagu,* n. 11,1998.

[12] "Usos e limites da categoria gênero", in *Cadernos Pagu,* n. 11, 1998. p107-20.

[13] "A contribution to the study of gender identity", IJP, 45, 1964. p. 220-6.

[14] Vide o verbete "gênero", in Roudineco, E. e Plon. *Dicionário de Psicanálise.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

lina sólida se o sexo biológico está em desacordo com ela".[15] O que não significa negar a plasticidade da sexualidade humana nem os notórios "deslocamentos" do feminino e do masculino provocados pelas próprias mudanças e conquistas que transformam a situação das mulheres.

Afirmando que o sexo biológico é sobredeterminado pelos valores e atributos que a cultura lhe confere, a categoria gênero se presta ao uso tanto das feministas marxistas como de qualquer pesquisador interessado nas conseqüências sociais da assimetria sexual. Já a perspectiva feminista ressalta a dimensão da opressão universal sobre as mulheres, guardadas as diferenças regionais e culturais e busca nas estruturas objetivas as marcas inequívocas da desigualdade: as mulheres ganham menos e trabalham mais, no conjunto da população mundial, por exemplo. O marxismo, por sua vez, é a teoria que nos ajuda a entender a natureza íntima do capitalismo, a lógica de seu desenvolvimento, revolucionando permanentemente as condições de produção, especialmente através do aumento da produtividade, o que, por sua vez, determina a proletarização da maior parte da humanidade. Que existe uma "questão da mulher" não há dúvidas: os homens ainda concentram o poder econômico e político na maior parte do mundo e as mulheres persistem sendo as grandes responsáveis pela família e pelo "cuidar" – dos filhos, da casa e, cada vez mais, das finanças da família.

A categoria gênero, portanto, pode ser incorporada ao marxismo, assim como à psicanálise. Inversamente, por ser uma categoria meramente descritiva, o gênero não sobrevive sem o sustentáculo de teorias sociais e/ou psicanalíticas.

[15] In Bleichmar, Emilce. *O feminismo espontâneo da histeria*. Porto Alegre, Artes Médicas, 1988, p. 33.